

DEPEN/DIRETORIA DO SISTEMA PENITENC. FEDERAL

Termo de Referência 35/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2025	200323-DEPEN/DIRETORIA DO SISTEMA PENITENC. FEDERAL	SERGIO TARTARI	01/12/2025 10:04 (v 0.8)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08016.022705/2024-04

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de **munições de manejo/inertes, nos calibres 9x19mm, 12Gauge, 5,56 x45mm e 7,62x51mm, para uso pelos Policiais Penais Federais**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	DESCRIÇÃO	CATMAT	Unidade	Quantidade Anual	Quantidade 5 anos	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
					[A]	[B]	[C]	[D=BxC]
Região Norte	1	Munição 9x19mm inerte /manejo	628551	Unitário	1.720	8.600	14,20	122.120,00
	2	Munição 12 Gauge inerte /manejo	629019	Unitário	1.300	6.500	35,00	227.500,00
	3	Munição 5,56x45mm inerte /manejo	626165	Unitário	1.420	7.100	25,54	181.334,00
	4	Munição 7,62x51mm inerte /manejo	628557	Unitário	1.120	5.600	25,30	141.680,00
Valor Total do Lote 1. Região Norte							R\$ 672.634,00	
Região Nordeste	5	Munição 9x19mm inerte /manejo	628551	Unitário	1.510	7.550	14,20	107.210,00
	6	Munição 12 Gauge inerte /manejo	629019	Unitário	1.070	5.350	37,64	201.374,00
	7	Munição 5,56x45mm inerte /manejo	626165	Unitário	1.900	9.500	25,54	242.630,00
	8	Munição 7,62x51mm inerte /manejo	628557	Unitário	1.000	5.000	25,30	126.500,00
Valor Total do Lote 2. Região Nordeste							R\$ 677.714,00	
Região Centro-Oeste	9	Munição 9x19mm inerte /manejo	628551	Unitário	11.000	55.000	14,20	781.000,00
	10	Munição 12 Gauge inerte /manejo	629019	Unitário	10.000	50.000	37,64	1.882.000,00
	11	Munição 5,56x45mm inerte /manejo	626165	Unitário	11.000	55.000	25,54	1.404.700,00
	12	Munição 7,62x51mm inerte /manejo	628557	Unitário	6.000	30.000	25,30	759.000,00

Valor Total do Lote 3. Região Centro-Oeste							R\$ 4.826.700,00	
Região Sul /Sudeste	13	Munição 9x19mm inerte /manejo	628551	Unitário	8.920	44.600	16,30	726.980,00
	14	Munição 12 Gauge inerte /manejo	629019	Unitário	5.240	26.200	37,64	986.168,00
	15	Munição 5,56x45mm inerte /manejo	626165	Unitário	3.210	16.050	25,54	409.917,00
	16	Munição 7,62x51mm inerte /manejo	628557	Unitário	4.510	22.550	25,30	570.515,00
Valor Total do Lote 4. Região Sul/Sudeste							R\$ 2.693.580,00	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: REGIÃO NORTE - Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PFPV), localizada BR 364, Sítio Boa Esperança, Lote nº 13, Gleba nº 13 "A", Município de Porto Velho/RO. CEP 76801-974					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA 1 ano	REQUISIÇÃO Máxima 5 anos	Quantidade total 5 anos
1	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
2	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
3	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
4	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

Órgão Gerenciador: REGIÃO NORDESTE - Penitenciária Federal em Mossoró/RN (PFMOS), localizada RN 015 - km 12, Rodovia Mossoró/Baraúna- Mossoró/RN. CEP: 59600-970					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA 1 ano	REQUISIÇÃO Máxima 5 anos	Quantidade total 5 anos
5	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
6	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
7	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
8	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

Órgão Gerenciador: REGIÃO CENTRO-OESTE - Secretaria Nacional de Políticas Penais/ Polícia Penal Federal - localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Torre A, Edifício Multibrasil Corporate, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70297-400					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA 1 ano	REQUISIÇÃO Máxima 5 anos	Quantidade total 5 anos

9	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
10	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
11	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
12	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

Órgão Gerenciador: REGIÃO CENTRO-OESTE - Penitenciária Federal em Brasília/DF (PFBRA), localizada na Rodovia DF 465 - Km 01, Fazenda Papuda - São Sebastião/DF. CEP: 71686-670					
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA 1 ano</i>	<i>REQUISICÃO Máxima 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 anos</i>
9	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
10	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
11	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
12	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

Órgão Gerenciador: REGIÃO CENTRO-OESTE - Penitenciária Federal em Campo Grande/MS (PFCG), localizada na Av. Henrique Bertin, 9813, Bairro Jardim Los Angeles - Campo Grande/MS. CEP:79073-785					
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA 1 ano</i>	<i>REQUISICÃO Máxima 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 anos</i>
9	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
10	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
11	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
12	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

Órgão Gerenciador: REGIÃO SUL/SUDESTE - Penitenciária Federal em Catanduvas/PR (PFCAT), localizada na PR 471 - Km 15, Alto Alegre, Catanduvas, Paraná - PR, CEP: 85470-000.					
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA 1 ano</i>	<i>REQUISICÃO Máxima 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 anos</i>
13	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
14	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
15	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

16	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
----	---------------------------------	----------	-------	-------	-------

Órgão Participante: REGIÃO NORTE - 928093 - ERO-FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/PO - Logradouro: AVENIDA FARQUAR, 2986 - Porto Velho/RO; E- MAIL: raquelbrenda15@gmail.com; Telefone: (83) 99991.9114					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA Considerar 1 ano	REQUISIÇÃO Máxima Considerar 5 anos	Quantidade total 5 (anos)
1	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	120	600	600
2	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	120	600	600
3	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	120	600	600
4	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	120	600	600

Órgão Participante: REGIÃO NORTE - 927916 - FUNDO EST.DE SEG.PUBLICA DO ESTADO DE RR - Logradouro: AVENIDA VILLE ROY Nº 5604 - Boa Vista/RR; E- MAIL: thayany.reis@sesp.rr.gov.br; Telefone: (95) 98409.1493					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA Considerar 1 ano	REQUISIÇÃO Máxima Considerar 5 anos	Quantidade total 5 (anos)
1	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	400	2.000	2.000
2	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	120	600	600
3	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	200	1.000	1.000

Órgão Participante: REGIÃO NORTE - 927020 - ERR-POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA - Logradouro: AV. GETÚLIO VARGAS, 5839, CANARINHO - Boa Vista/RR					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA Considerar 1 ano	REQUISIÇÃO Máxima Considerar 5 anos	Quantidade total 5 (anos)
1	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	200	1.000	1.000
2	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	60	300	300
3	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	100	500	500

--	--	--	--	--	--

Órgão Participante: REGIÃO NORDESTE - 927080 - EPI - SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ -
Logradouro: AV. PEDRO FREITAS, S/N - CENTRO ADMINISTRATIVO BLOCO - Teresina/PI; E-MAIL: raimundo.dourado@sejus.pi.gov.br; Telefone: (86) 99446.5270

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA Considerar 1 ano</i>	<i>REQUISICÃO Máxima Considerar 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 (anos)</i>
5	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	510	2.550	2.550
6	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	70	350	350
7	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	900	4.500	4.500

Órgão Participante: REGIÃO CENTRO-OESTE - 927104 - EGO-POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS -
Logradouro: AV. ANHANGUERA, N° 7364 - SETOR AEROTRÁFICO - Goiânia/GO; E-MAIL: negp.ggf@gmail.com; Telefone: (62) 99655.3073

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA Considerar 1 ano</i>	<i>REQUISICÃO Máxima Considerar 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 (anos)</i>
9	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	3000	15.000	15.000
10	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	3000	15.000	15.000
11	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	3000	15.000	15.000
12	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1000	5.000	5.000

Órgão Participante: REGIÃO CENTRO-OESTE - 926016 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL -
Logradouro: SAISO AE 4 QUARTEL DO COMANDO GERAL, CEP: 70.610-200 - Brasília/DF

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISICÃO MÍNIMA Considerar 1 ano</i>	<i>REQUISICÃO Máxima Considerar 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 (anos)</i>
9	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	2.000	10.000	10.000
10	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000
11	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	2.000	10.000	10.000
12	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1.000	5.000	5.000

Órgão Participante: REGIÃO CENTRO-OESTE - 927098 - EGO-DIRETORIA-GERAL DE ADM. PENITENCIÁR DE
GOIÁS - Logradouro: AV. GOIAS NR 1496 - Goiânia/GO; E-MAIL: macgawer.mori@dgap.go.gov.br; Telefone: (62) 3270.8738

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA Considerar 1 ano</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima Considerar 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 (anos)</i>
9	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	3000	15.000	15.000
10	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	3000	15.000	15.000
11	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	3000	15.000	15.000
12	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	1000	5.000	5.000

Órgão Participante: REGIÃO SUL/SUDESTE 451476 - ERJ - SECRETARIA EST.DE ADMIN.PENITENCIARIA DO RIO DE JANEIRO - Logradouro: PRAÇA CRISTIANO OTTONI, S/N, Fechar Rio de Janeiro/RJ. E-MAIL: kamila@seap.rj.gov.br; Telefone: (21) 99182.0593					
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA Considerar 1 ano</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima Considerar 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 (anos)</i>
13	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	600	3.000	3.000
14	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	500	2.500	2.500
15	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	550	2.750	2.750
16	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	550	2.750	2.750

Órgão Participante: REGIÃO SUL/SUDESTE 927115 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Logradouro: RODOVIA PAPA JOÃO PAULO II, Nº 4143 - B. SERRA VERDE - 4º, Cidade Administrativa, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-900.					
<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>REQUISIÇÃO MÍNIMA Considerar 1 ano</i>	<i>REQUISIÇÃO Máxima Considerar 5 anos</i>	<i>Quantidade total 5 (anos)</i>
13	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	200	1.000	1.000
14	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	200	1.000	1.000
15	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	200	1.000	1.000
16	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	200	1.000	1.000

Órgão Participante: REGIÃO SUL/SUDESTE 453079 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ - Logradouro: RUA DEPUTADO MÁRIO DE BARROS,1290, Curitiba/PR;					
		<i>UNIDADE</i>	<i>REQUISIÇÃO</i>	<i>REQUISIÇÃO</i>	<i>Quantidade</i>

<i>item</i>	<i>DESCRIÇÃO/ ESPECIF.</i>	<i>DE</i>	<i>MÍNIMA</i>	<i>Máxima</i>	<i>total</i>
		<i>MEDIDA</i>	<i>Considerar 1 ano</i>	<i>Considerar 5 anos</i>	<i>5 (anos)</i>
13	Munição 9x19mm inerte/manejo	Unitário	7120	35.600	35.600
14	Munição 12 Gauge inerte/manejo	Unitário	3540	17.700	17.700
15	Munição 5,56x45mm inerte/manejo	Unitário	1460	7.300	7.300
16	Munição 7,62x51mm inerte/manejo	Unitário	2760	13.800	13.800

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos, contados da assinatura do instrumento do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina a atender às necessidades operacionais das Polícias em todo o território nacional, garantindo que os órgãos de segurança pública disponham dos recursos materiais indispensáveis ao desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que assegura a formação de um volume de compras que propicie vantagens econômicas, logísticas e operacionais;
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O órgão participante poderá, a seu exclusivo critério, optar pela aquisição dos quatro modelos de munições previstos no certame ou selecionar apenas aqueles que melhor atendam às suas necessidades operacionais. Independentemente da quantidade de modelos escolhidos, deverá ser respeitado o quantitativo mínimo total de aquisição, que não poderá ser inferior a 1.000 (mil) unidades de munição. Todavia, excepcionalmente, admite-se que a contratação seja realizada em quantitativo igual ou inferior a 1.000 (mil) unidades, desde que haja viabilidade comercial por parte da empresa fornecedora, a qual deverá manifestar previamente sua concordância com o atendimento do quantitativo solicitado.
- 1.7. As especificações técnicas dos objetos estão descritas no Anexo I-A deste Termo de Referência e foram detalhadas de forma a garantir que os objetos tenham qualidade e cumpram a finalidade para o qual serão adquiridos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000034/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 24/05/2024
- III) Id do item no PCA: 8
- IV) Classe/Grupo: 1305
- V) Identificador da Futura Contratação: 200323-60/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Embora o referido Guia não apresente recomendações específicas sobre munições de manejo/inertes, é possível aplicar os princípios gerais de sustentabilidade, exigindo-se das licitantes comprovação do atendimento a critérios ambientais durante a fabricação e o acondicionamento dos produtos. Tal comprovação poderá ocorrer por meio de certificações emitidas por instituições públicas oficiais, entidades credenciadas ou outros meios de prova equivalentes, ou ainda por declaração formal de compromisso com o cumprimento dos requisitos ambientais constantes no Termo de Referência.

4.1.2. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou de forma favorável à adoção de critérios sustentáveis nas contratações públicas, mesmo quando isso possa implicar reflexos sobre a economicidade, desde que haja fundamentação motivada:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências."

(Acórdão nº 1375/2015 – Plenário/TCU, Relator: Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84).

4.1.3. Com base nesse entendimento e com fundamento no art. 5º da IN SLTI nº 1/2010, poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

- Produtos com certificação ambiental emitida por órgão oficial ou entidade credenciada, como o INMETRO, que atestem menor impacto ambiental em comparação aos similares;
- Embalagens preferencialmente individuais, de menor volume possível, feitas com material reciclável, garantindo segurança no transporte e armazenamento;
- Ausência de substâncias perigosas acima dos limites previstos em normas técnicas e ambientais nacionais e internacionais, como a diretiva RoHS.

4.1.4. Ainda, a contratada deverá, quando aplicável, adotar boas práticas ambientais e de saúde ocupacional, tais como:

- separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos;
- fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios /poluição;
- promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados por suas atividades;

- promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1 Munição inerte no calibre 9x19mm (Quantidade: 10 unidades);

4.3.2 Munição inerte no calibre 12 Gauge (Quantidade: 10 unidades);

4.3.3 Munição inerte no calibre 5,56x45mm (Quantidade: 10 unidades); e

4.3.4 Munição inerte no calibre 7,62x51mm (Quantidade: 10 unidades).

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço Secretaria Nacional de Políticas Penais/ Polícia Penal Federal - localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Torre A, Edifício Multibrasil Corporate, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70297-400, no prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7 Deverão ser avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1 Dimensionalidade e Compatibilidade:

4.7.1.1. A munição deverá apresentar dimensões compatíveis com o calibre especificado (12 Gauge, 9x19mm, 5,56x45mm, 7,62x51mm), permitindo o encaixe perfeito nas câmaras e carregadores dos armamentos padrão da instituição.

Aceitabilidade: Inserção e extração sem travamentos, folgas excessivas ou interferência mecânica

4.7.2. Resistência Mecânica:

4.7.2.1. A munição deverá suportar ciclos repetidos de carregamento, extração e ejeção, sem apresentar deformações, quebras ou desgastes excessivos.

Aceitabilidade: Realização de, no mínimo, 100 ciclos completos por unidade testada, utilizando armamento padrão. Ausência de danos que comprometam a funcionalidade e segurança.

4.7.3 Identificação Visual:

4.7.3.1. A munição deverá apresentar identificação clara e permanente quanto à sua condição de inerte, seja por pintura, , carimbo no corpo do cartucho, inscrição ou coloração padronizada.

Aceitabilidade: Identificação visível a olho nu, mesmo sob condições de luminosidade reduzida.

4.7.4. Segurança:

4.7.4.1 As munições devem ser totalmente desprovidas de carga propelente e espoleta ativa, não oferecendo qualquer risco de disparo ou acidente.

Aceitabilidade: Confirmação por inspeção visual e verificação física de ausência de componentes ativos.

4.7.5 Durabilidade:

4.7.5.1 A estrutura das munições deve permitir sua utilização em treinamentos intensivos e repetitivos, com vida útil compatível com as práticas operacionais da instituição.

Aceitabilidade: Após os ciclos de teste (100 ciclos completos por unidade testada), devem apresentar desempenho de uso sem comprometer o armamento

4.7.6. Compatibilidade com Armamentos:

4.7.6.1 As munições deverão funcionar adequadamente em modelos padrão utilizados pela instituição, tais como:

- Pistolas: Beretta, Glock, Taurus, Sig Sauer (cal. 9x19mm);
- Fuzis/Carabinas: T4, IA2, FAL, SCAR-H, IWI, SIG SAUER, etc.;
- Escopetas: CBC Pump Military e similares (cal. 12/70).

Aceitabilidade: Funcionamento sem falhas ou travamentos durante os testes em todos os modelos de armamento listados.

4.7.7 Realização dos Testes

4.7.7.1. Os testes das munições de manejo/inerte serão realizados em local a ser definido pela Polícia Penal Federal, assegurando as condições técnicas e de segurança necessárias para a correta execução dos procedimentos. Ressalta-se que o local destinado para a realização dos testes será na cidade de Brasília, Distrito Federal.

4.7.7.2. Não incluirão a verificação de desempenho sob condições climáticas adversas (como alta temperatura, baixa umidade, exposição a raios UV, chuva, umidade elevada, entre outras). A avaliação será realizada em ambiente controlado, sem simulação de fatores ambientais extremos ou adversos.

4.7.8 Procedimento de Amostragem e Avaliação de Munições de Manejo/Inerte

4.7.8.1. A avaliação será realizada mediante amostragem conforme critérios estabelecidos a seguir. Para cada calibre apresentado, será submetida à análise uma amostra inicial, observando-se o seguinte fluxo:

4.7.8.1.1. Primeira Amostra: Será testada uma unidade amostral do lote fornecido. Caso seja aprovada, o processo avançará para a amostra do próximo calibre.

4.7.8.1.2. Reprovação da Primeira Amostra: Em caso de reprovação, será testada uma segunda amostra do mesmo calibre. Se esta também for reprovada, a empresa fornecedora será desclassificada do certame.

4.7.8.1.3. Aprovação da Segunda Amostra: Caso a segunda amostra seja aprovada, será testada uma terceira amostra do mesmo calibre. A aprovação desta terceira amostra resultará na aprovação.

4.7.8.1.4. Reprovação da Terceira Amostra: Na hipótese de reprovação da terceira amostra, a empresa fornecedora será desclassificada.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

- 4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30 (trinta)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

- 4.13. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do a seguir:

4.14.1 A decisão de **não exigir garantia contratual**, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, fundamenta-se na análise da natureza do objeto contratado, dos riscos envolvidos e da relação custo-benefício para a Administração Pública.

4.14.2 Inicialmente, destaca-se que a exigência de garantia tem como finalidade resguardar a execução do contrato, prevenindo eventuais prejuízos decorrentes do inadimplemento do contratado. No entanto, no presente caso, a complexidade e os riscos inerentes à execução do objeto não justificam a necessidade de tal exigência, considerando que:

4.14.2.1 Baixo risco de inadimplemento – O objeto do contrato não apresenta alto grau de incerteza quanto ao seu cumprimento, sendo possível sua execução dentro dos prazos e condições estabelecidas sem comprometer a Administração.

4.14.2.2 Encargos financeiros desnecessários – A exigência de garantia contratual implicaria custos adicionais para a empresa contratada, os quais poderiam ser repassados à Administração na forma de preços mais elevados, impactando a economicidade do processo.

4.14.2.3 Alternativas para mitigação de riscos – A Administração dispõe de outros mecanismos de controle e fiscalização da execução contratual, tais como penalidades previstas no edital e no contrato, retenção de pagamentos em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e a própria responsabilização do contratado nos termos da legislação vigente.

4.14.3 Dessa forma, considerando a proporcionalidade e a razoabilidade da medida, a exigência de garantia não se mostra necessária para resguardar os interesses da Administração, sendo mais vantajoso dispensá-la, garantindo maior competitividade no certame e evitando custos adicionais desnecessários.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
2026	Lote 1 a 5 Quantidade mínima por solicitação: 1.000 unidades	180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento

2027	Lote 1 a 5 Quantidade mínima por solicitação: 1.000 unidades	180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento
2028	Lote 1 a 5 Quantidade mínima por solicitação: 1.000 unidades	180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento
2029	Lote 1 a 5 Quantidade mínima por solicitação: 1.000 unidades	180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento
2030	Lote 1 a 5 Quantidade mínima por solicitação: 1.000 unidades	180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

REGIÃO NORTE

Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PFPV) – logradouro: BR 364, Sítio Boa Esperança, Lote nº 13, Gleba nº 13 "A", Município de Porto Velho/RO. CEP 76801-974. Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (69) 3533 – 8663.

Fundo Estadual de Segurança Pública de Porto Velho/RO – logradouro: Avenida Farquar, 2986, Porto Velho /RO. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (83) 9.9991.9114. E-mail: raquelbrenda15@gmail.com

Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima/RR – logradouro: Avenida Ville Roy Nº 5604, Boa Vista/RR. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (95) 9.8409.1493. E-mail: thayany.reis@sesp.rr.gov.br

Polícia Civil de Roraima/RR – logradouro: AV. Getúlio Vargas, 5839, Canarinho, Boa Vista/RR. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (95) 9.8409.1493.

REGIÃO NORDESTE

Penitenciária Federal em Mossoró/RN (PFMOS) – logradouro: RN 015 - km 12, Rodovia Mossoró/Baraúna-Mossoró/RN. CEP: 59600-970. Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (84) 3324.7517

Secretaria de Justiça do Estado do Piauí – logradouro: Av. Pedro Freitas, S/N - Centro Administrativo Bloco, Teresina/PI. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: - Telefone: (86) 9.94465270. E-mail: raimundo.dourado@sejus.pi.gov.br

REGIÃO CENTRO-OESTE

Secretaria Nacional de Políticas Penais/ Polícia Penal Federal – logradouro: Setor Comercial Norte, Quadra 04, Torre A, Edifício Multibrasil Corporate, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70297-400. Responsável pelo recebimento: Coordenação-Geral de Segurança e Operações Penais - Telefone (61) 377.5095.

Penitenciária Federal em Brasília/DF (PFBRA), logradouro: Rodovia DF 465 - Km 01, Fazenda Papuda - São Sebastião/DF. CEP: 71686-670. Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (61) 2099 – 3106.

Penitenciária Federal em Campo Grande/MS (PFCG), logradouro: na Av. Henrique Bertin, 9813, Bairro Jardim Los Angeles - Campo Grande/MS. CEP:79073-785. Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (67) 3378.8309.

Polícia Civil do Estado de Goiás - logradouro: Av. Anhanguera, N° 7364 - Setor Aeroviário, Goiânia/GO. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (62) 9.9655.3073. E-mail: negp.ggf@gmail.com

Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal - Palácio Tiradentes – logradouro: SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n - Asa Sul, Brasília - DF, 70610-212

Diretoria-Geral de Administração Penitenciária de Goiás – logradouro: Av. Goiás NR 1496, Goiânia/GO. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (62) 32708738. E-mail: macgawer.mori@dgap.go.gov.br

REGIÃO SUL/SUDESTE

Penitenciária Federal em Catanduvas/PR (PFCAT) – logradouro: PR 471 - Km 15, Alto Alegre, Catanduvas, Paraná - PR, CEP: 85470-000. Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (45) 3234.8011

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro – logradouro: Praça Cristiano Ottoni, S /N, Rio de Janeiro/RJ. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (21) 9.9182.0593. E-mail: kamila@seap.rj.gov.br

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – logradouro: Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - B. - Cidade Administrativa, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-900. Responsável pelo recebimento: Gestor de Compras: (31) 9.97700773 E-mail: rp.spgf@policiacivil.mg.gov.br

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná – logradouro: Rua Deputado Mário de Barros,1290, Curitiba/PR.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de no mínimo **3 (três) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento. No caso do produto que apresentar defeito e for substituído, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do objeto.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir da solicitação do Contratante.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 12% (doze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 8% (oito por cento) a 14% (quatorze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 4% (quatro por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de % (quatro por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

7.2.4.6.1. Entrega com divergência quantitativa superior a 10% do previsto, sem prejuízo grave ao cronograma.

7.2.4.6.2. Descumprimento parcial de cláusulas contratuais acessórias;

7.2.4.6.3. Entrega de parte do objeto com atraso superior a 30 dias, mesmo após notificação formal, sem justificativa aceita pela Administração.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Todos os materiais cujas embalagens apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídos pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção de recebimento, durante o recebimento provisório.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M - Índice Geral de Preços-Mercado** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/11/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGP-M - Índice Geral de Preços-Mercado**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de comércio de munição/projétil, expedido por órgão da estrutura do Comando do Exército ou Organismo de Certificação Designado nos termos do Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados (R-105) ou Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços de usinagem, tornearia, solda, tratamento e revestimento em metais, expedido pelo órgão competente municipal (Alvará de Funcionamento) e legislação correlata aplicável à atividade empresarial.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* OU *patrimônio líquido mínimo* de **5%** do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 8.870.628,00 (oito milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e vinte e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 05 de novembro de 2025.

Sérgio Tartari

Equipe de Planejamento da Contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.18. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 4.1.19 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.20. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.21. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.22. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Editais*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .


(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE RENATO GOMES VAZ
Autoridade competente

RODRIGO DIAS DE SOUZA GONCALVES
Equipe de Planejamento da Contratação

SERGIO TARTARI
Equipe de Planejamento da Contratação
 Assinou eletronicamente em 01/12/2025 às 10:04:09.